

Circular nº 209/2024

Brasília (DF), 23 de maio de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN.

**Assunto:** Envia nota da Diretoria do ANDES-SN em repúdio à violenta repressão do governo Tarcísio de Freitas contra estudantes que protestavam na ALESP.

Companheira(o)s,

Encaminhamos, para conhecimento e ampla divulgação, nota da Diretoria do ANDES-SN em repúdio à violenta repressão perpetuada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo, do governo Tarcísio de Freitas, contra estudantes que protestavam na ALESP.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof.<sup>a</sup> Caroline de Araújo Lima**  
**1<sup>a</sup> Secretária**

**NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN DE REPÚDIO À VIOLENTA  
REPRESSÃO DA POLÍCIA MILITAR DO GOVERNO TARCÍSIO DE  
FREITAS, CONTRA ESTUDANTES QUE PROTESTAVAM NA ALESP**

No último dia 21 de maio, terça-feira, estudantes foram violentamente reprimido(a)s no interior das dependências da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, quando protestavam contra o PLC 9/2024, que amplia a militarização na educação pública, permitindo que policiais militares aposentado(a)s atuem como monitores(a)s nas chamadas “escolas cívico-militares”. O projeto institui no interior da gestão das escolas um “núcleo militar”, constituído exclusivamente por policiais militares da reserva, o qual seria “*responsável pelo acompanhamento da organização e da segurança escolar e pelo desempenho de atividades extracurriculares de natureza cívico-militar*”. O projeto estabelece a este(a)s monitores(a)s uma remuneração de 2,5 Unidades Básicas de Valor por jornada diária de 8 horas, o que implica em uma remuneração superior à grande maioria do magistério paulista.

A justa indignação e revolta com o conteúdo deste projeto motivou manifestação de estudantes contrário(a)s à sua aprovação, o(a)s quais foram barbaramente espancado(a)s pela Tropa de Choque da Polícia Militar do estado de São Paulo, em imagens que revoltam pela truculência e ferocidade. O uso de bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e cassetetes foi absolutamente despropositado e injustificado, frente a uma manifestação que não implicava em nenhum risco de qualquer ordem. A violência desmedida atingiu inclusive parlamentares. A responsabilidade política por este ato bárbaro é do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), da Secretaria de Segurança Pública e do Comando da Polícia Militar.

O ANDES-SN repudia o uso da força policial contra o movimento estudantil e o ataque à democracia perpetrado pelo Governo de Tarcísio de Freitas na ALESP! A militarização da educação é expressão de um governo que não valoriza a educação pública, não garante as condições necessárias ao seu desenvolvimento e não valoriza o(a)s professore(a)s, ao passo que a forma violenta como impôs sua tramitação (e lamentável aprovação com 53 votos favoráveis contra 21 contrários) simboliza a incompatibilidade entre militarização e educação.

***Não à militarização!  
Escola não é quartel!  
Pela liberdade de ensinar e aprender!***

Brasília (DF), 23 de maio de 2024.

**Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional**